



# Novo pedido ao Clube de Paris

*Dívida Externa*

por Celso Pinto de Brasília

O Brasil deverá incluir, na próxima rodada de negociação da dívida, um novo pedido de reescalonamento de créditos governamentais no âmbito do Clube de Paris. Antes disso, contudo, terá de concluir o acordo anterior, fechado com o Clube em novembro do ano passado, mas até hoje ainda não assinado por importantes países envolvidos, inclusive os Estados Unidos e a Grã-Bretanha.

A inclusão de negociações com o Clube de Paris, disse a este jornal uma credenciada fonte diplomática, deverá acontecer principalmente por pressão dos

bancos privados. Quanto maior a contribuição dos governos no acordo da dívida brasileira, menor a pressão sobre os bancos internacionais. Estima-se que apenas a rolagem do principal dos créditos governamentais some cerca de US\$ 1 bilhão no próximo ano.

Será impossível, no entanto, fazer um novo pedido aos governos desenvolvidos antes que se chegue a um acordo final sobre o primeiro pacote. Quando o Brasil fechou negócio com o Clube de Paris, em novembro passado, acertou o reescalonamento de 85% do principal mais os juros devidos em créditos governamentais a dezessete países, no período de agosto de 1983 a dezembro deste ano. O total, de cerca de US\$ 3 bilhões, foi reestruturado para nove anos de prazo e cinco de carência (com uma pequena parcela de pagamento antecipado).

Fechado o acordo geral, iniciou-se a fase dos acordos com cada um dos países envolvidos. Os créditos governamentais têm origem em diversas agências oficiais, como os Eximbanks

## Novo pedido ao Clube de Paris

por Celso Pinto de Brasília  
(Continuação da 1ª página)

e outras. O acordo específico envolve não só o levantamento correto de todos os créditos que podem ser incluídos neste pacote, como a fixação da taxa de juros para o reescalonamento.

As negociações com o Brasil esbarraram nos dois pontos. Houve enorme dificuldade e muitas divergências na contabilização correta dos créditos passíveis de ser incluídos no acordo do Clube de Paris. E houve, também, sérias discordâncias em relação aos juros. Na verdade, segundo duas fontes consultadas por este jornal e envolvidas nas negociações, o principal obstáculo para a conclusão do pacote, no momento, é fixar seu custo.

O Brasil estaria insistindo em obter a menor taxa possível em cada caso. Quer vantagens adicionais em relação ao patamar fixado com os bancos privados, para a "fase 2", com os "spreads" (taxas de risco) acertados em 2% e 2,125%, em relação à "prime rate" norte-americana e à Libor londrina, respectivamente. Os países, por sua vez, alegam que há um custo elevado de captação para reescalonar os créditos

com o Brasil. Dizem que a maior parte das agências de financiamento oficiais está passando por dificuldades orçamentárias nos países desenvolvidos. E insistem em que não há nenhuma disposição em assinar acordos que impliquem prejuízos.

Não há uma taxa uniforme para o pedido brasileiro, até porque há uma enorme variação de condições envolvidas: a origem dos recursos das agências, e, portanto, seu custo, varia muito. Além disso, as taxas são, muito diferentes conforme a moeda de referência na operação. O princípio geral, de toda forma, é tentar obter melhores condições do que as conseguidas junto aos bancos.

Entre os dezessete países que participaram do pacote do Clube de Paris, apenas três com participações importantes no total já con-

cluíram as negociações com o Brasil: a França, a Suíça e a Espanha. Os outros países que fizeram o acordo final têm pequenos créditos envolvidos, como a Dinamarca, a Suécia e a Áustria, entre outros.

O fato de não ter sido concluído o acordo final não quer dizer que o Brasil esteja pagando estes créditos: tudo o que o Banco Central supõe estar incluído no acordo do Clube de Paris não está sendo pago. Se houver inclusões indevidas, serão compensadas quando for feito o acordo final, com a definitiva conciliação de números brasileiros e dos países envolvidos.

Mas, sem este fecho do pacote do Clube de Paris do ano passado, não será possível abrir um novo pacote com os governos, e é extremamente provável que haja este novo acordo.

### SEM JUROS

Como o Brasil está em condições bem melhores em seu balanço de pagamentos, é provável que não peça "dinheiro novo" aos bancos privados e será muito difícil que o Clube de Paris seja tão generoso quanto o foi no ano passado. Duas fontes disseram

que um novo acordo com o Clube de Paris não deverá, por exemplo, incluir juros. Da mesma forma, não deverá envolver o reescalonamento de toda a amortização do principal devido em 1985, mas um pouco menos.

Uma hipótese plausível, segundo uma fonte, é de que o Clube de Paris aceite renegociar cerca de 90% do principal devido em 1985, ou seja, reestruturar créditos no valor de uns US\$ 900 milhões. Não se trata, como se vê, de um total desprezível.

É certo que os bancos privados farão pressões sobre os governos dos países desenvolvidos para que também ajudem na "fase 3". Eles podem alegar, com razão, que a parte que deveria caber a estes países na dramática "fase 2" do acordo brasileiro só foi cumprida em parte: foi feito o acordo com o Clube de Paris, mas, em compensação, nunca foi respeitado o acordo para a concessão de US\$ 2,5 bilhões em créditos comerciais oficiais. Apenas os Estados Unidos mantiveram de pé a linha de financiamento de US\$ 1,5 bilhão de seu Eximbank.